



JOSÉ  
PEDRO  
TEIXEIRA  
FERNANDES

## OPINIÃO

# O “consenso de Pequim”: a Internet como instrumento de soberania e controlo

**Se o modelo chinês soberanista se afirmar, caminharemos para um novo “consenso de Pequim”. A Internet irá ser um instrumento ao serviço do capitalismo autoritário e do controlo dos cidadãos, com uma eficácia que nem a visão distópica de Orwell conseguiu imaginar.**

5 de Janeiro de 2018, 16:44

**1.** Para qualquer observador atento do mundo não é novidade que a Internet e a lógica da sociedade em rede estão a alterar profundamente os processos sociais, económicos e políticos. Mas será possível que o ideal tecno-libertário subjacente à Internet dos primórdios tenha aberto o caminho, ainda que de forma involuntária, a sofisticados e abrangentes sistemas de controlo da vida humana? Inevitavelmente vem ao pensamento o sistema monstruoso imaginado por George Orwell no livro *1984*. Aí a liberdade e a privacidade do indivíduo eram esmagadas e submetidas aos desígnios de um poder totalitário profundamente opressor. Todavia, quando o livro foi escrito, estávamos em 1948, numa era pré-Internet, anterior às profundas transformações da revolução digital das últimas décadas do século XX. Importa, assim, olhar para as tendências

que se desenham a nível mundial neste início de século XXI, quer em Estados de perfil democrático, quer em Estados de tipo autoritário, para tentar perceber o que o futuro nos poderá trazer.

**2.** É necessário deixar já claro que as democracias ocidentais não estão imunes às piores tendências de vigilância e de controlo da Internet e de invasão da privacidade. O esquema de vigilância em massa implementado nos EUA pela Agência Nacional de Segurança (NSA) não deixa quaisquer dúvidas quanto a isso — e não é um caso isolado em democracias. Foi denunciado em 2013 por Edward Snowden, que, entretanto, teve de abandonar o território norte-americano por ser objecto de perseguição criminal. No cerne das actividades da NSA estava o programa PRISM que permitia a vigilância, em tempo real, da circulação de informação na rede. Os funcionários da agência tinham acesso a dados privados dos utilizadores, incluindo o histórico de pesquisas, correio electrónico, transferências de arquivos, vídeos, fotos, chamadas de voz e vídeo, detalhes de redes sociais e outros. Preocupante é não só a intromissão do Estado na vida privada do cidadão, mas também perceber-se que isso só foi possível com a conivência, nos bastidores, das principais empresas norte-americanas que operam na área das novas tecnologias de informação e comunicação (Google, Facebook, Apple, etc.).

**3.** As *startups* de Silicon Valley, para além do seu poder criador de riqueza, têm sido idolatradas como uma irresistível força libertadora e democratizadora. A convicção entusiástica do poder libertador da tecnologia, muito comum na mente ocidental, levou a subestimar, durante demasiado tempo, as possibilidades de vigilância e de controlo trazidas pela sociedade em rede, dentro e fora das democracias. Este quadro mental não configurava como possível, ou, pelo menos como provável, que os regimes autoritários pudessem usar a Internet e a sociedade em rede a seu favor, para se perpetuarem no poder. Mas é isso que está a ocorrer. A Internet como espaço de liberdade é uma escolha política e não algo que decorre da tecnologia, por muito revolucionária que esta seja. Ao contrário da visão ciberutópica, a Internet pode ser usada como o mais abrangente e eficaz instrumento de controlo da vida humana alguma vez criado. A consequência é que entre os diversos cenários de evolução futura, uma extraordinária redução do grau liberdade humana é algo bem possível de ocorrer. A realidade é que existe, já hoje, um grau de sofisticação nas técnicas de controlo da população impensável no passado. O uso da repressão pela força já não é o mecanismo mais eficaz de controlo. Emergiu uma nova combinação de autoritarismo com consumismo, a qual se tem mostrado particularmente eficaz como instrumento de dominação. Promove um ambiente favorável ao consumo, aos

negócios e às actividades lúdicas criando cidadãos despolitizados e dóceis face ao poder instituído.

**4.** Provavelmente nada exemplifica melhor as possibilidades de um sofisticado controlo dos cidadãos do que o sistema de créditos sociais que o governo de Xi Jinping quer implementar na China. O objectivo oficial é criar uma cultura de civismo e de honestidade, o que é compreensível numa sociedade onde a corrupção, a fraude e a pirataria comercial são males enraizados. Mas num Estado com as características da China, onde não existem mecanismos democráticos limitadores e fiscalizadores do exercício do poder, pode ser também uma porta aberta para o totalitarismo. O sistema de créditos sociais, iniciado em 2014 de forma facultativa — mas que se tornará obrigatório em 2020 —, baseia-se numa gigantesca recolha de dados (*big data*), financeiros, de consumo mas também pessoais, os quais permitirão traçar um perfil de comportamento dos cidadãos e pontuá-lo. Oficialmente trata-se apenas de detectar comportamentos fraudulentos, penalizá-los e desincentivar os cidadãos de os praticar. Mas o que começa como um aparentemente inócuo sistema de *rating* de crédito, pode, gradualmente, evoluir para um abrangente sistema de vigilância política de massas, onde outras esferas da vida humana serão incluídas, eliminado praticamente a vida privada. Este será o caminho de um totalitarismo sofisticado,

onde todos os comportamentos sociais e políticos desviantes, serão, de alguma forma, punidos. Em muitos casos, a punição não passará pela aplicação de medidas policiais ou criminais, mas por poderosos mecanismos de estigmatização ou exclusão social com sanções como a proibição de compra de casas para uso pessoal, acesso aos melhores hotéis, frequentar escolas privadas, ou ter um emprego na administração pública.

**5.** Importa não subestimar a capacidade que a China já tem de influenciar o resto do mundo e a criação de regras e práticas internacionais. Com o seu crescente poder económico, tecnológico e político-militar, a China mostra-nos o que poderá ser a Internet e a sociedade em rede num futuro não muito distante. Há um acontecimento marcante a reter neste contexto. Em finais de 2017 decorreu quarta Conferência Mundial da Internet, organizada pela Administração do Ciberespaço chinesa. Foi um acontecimento maior nesta área. Teve a participação de cerca de 1500 convidados internacionais, incluindo os líderes da Apple (Tim Cook) e do Google (Sundar Pichai), para além das grandes empresas chinesas como a Alibaba (Jack Ma) e a Tencent (Ma Huateng). Estiveram ainda presentes várias organizações internacionais como co-organizadores do evento, nomeadamente o Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas. A aposta chinesa em conferências desta envergadura não é um

acaso pontual. Nas suas sucessivas edições, a Conferência Mundial da Internet tem sido um palco para a defesa da soberania no ciberespaço. Para o governo chinês, o princípio da soberania estadual — que está previsto no Direito Internacional e na Carta das Nações Unidas — confere a cada Estado o direito de regular a Internet, tal como o faz sobre o seu território e população.

**6.** No Irão, onde recentemente a população manifestou nas ruas o seu descontentamento social e político, encontramos tendências de vigilância e controlo similares às da China. Nestas manifestações, tal como nas de 2009, o Twitter — e agora também a aplicação de conversação Telegram —, foram os principais alvos do controlo governamental sobre a circulação de informação na rede. Note-se que o Irão já tinha completado em 2016 a primeira das três fases de um plano de criação de uma "Internet nacional", na realidade mais uma Intranet dominada pelo poder instituído na república islâmica. O objectivo é que os iranianos só tenham acesso a conteúdos, serviços e aplicativos baseados no território nacional. Naturalmente que isso reforçará a capacidade de controlo político sobre a população. Na prática, permitirá isolar, se necessário, o país do mundo exterior, controlando a liberdade de expressão e de circulação de ideias políticas. O processo mimetiza o da China, que fornece também tecnologia ao Irão para esse efeito. Para o

governo chinês, trata-se de afastar a hegemonia dos EUA sobre a Internet e o monopólio ocidental sobre o uso e governação do ciberespaço. Se o modelo chinês soberanista se afirmar, caminharemos para um novo “consenso de Pequim”. A Internet irá ser um instrumento ao serviço do capitalismo autoritário e do controlo estadual dos cidadãos, com uma eficácia que nem a visão distópica de George Orwell conseguiu imaginar.

Investigador



[MAIS RECOMENDAÇÕES](#)